



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

INSERÇÃO-SE PUBLICAR
E EXPECAR-SE

02/09/99

Quente Pechoc

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia
da República

REQUERIMENTO N.º 901/VII (4.a) - AC

Assunto Aquisição, por parte do Ministério da Justiça, do edifício municipal onde esteve instalado o Tribunal da Comarca do Concelho de Vila Nova de Gaia, para aí instalar os novos Tribunais do Comércio e de Família e de Menores

Na Sessão de Perguntas ao Governo, realizada na Assembleia da República em 5 de Março de 1999, em que tive a oportunidade de interpelar o Senhor Ministro da Justiça sobre a instalação e a entrada em funcionamento da 3ª Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia, na resposta o Ministro Vera Jardim informou-me, bem como a Assembleia da República, de um conjunto de decisões importantes do seu Ministério para o Município Gaiense.

O Senhor Ministro da Justiça referiu expressamente, e passo a citar:

Assim, e como V. Exa. sabe, foi criado um Tribunal de Recuperação de Empresas e Falências em Vila Nova de Gaia, tribunal esse que, em 15 de Setembro deste ano - e isso ocorre só agora porque os movimentos judiciais se processam de ano a ano - de acordo com a nova Lei Orgânica dos Tribunais, vai ser transformado num Tribunal de Comércio, o que significa que a Cidade de Vila Nova de Gaia, face até à vizinha cidade do Porto, digamos, um estatuto que o Ministério da Justiça pretendeu acentuar.

Além disso, Vila Nova de Gaia vai ter um reforço muito grande nos tribunais da comarca. (...) - também irá criar aí um tribunal de família e de menores...

A acrescentar a esta situação, há cerca de um ano, numa audiência concedida pelo Sr. Ministro da Justiça ao Sr. Presidente da Câmara de Vila

ma. v. m. m.
- 5 JUL 1999
b. v. m.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Nova de Gaia, ficou decidido que o Ministério da Justiça iria adquirir ao Município Gaiense o edifício municipal onde anteriormente esteve instalado o Tribunal da Comarca do Concelho, o qual seria recuperado para aí instalar os novos Tribunais de Comércio, de Família e de Menores. Para o efeito foi desencadeado o processo de avaliação por parte da Direcção Geral do Património do Estado, o qual depois de concluído foi entregue ao Ministério da Justiça.

A Câmara Municipal foi recentemente oficiada pela Secretaria Geral do Ministério da Justiça no sentido de lhes comunicar que este Ministério já não tinha necessidade da aquisição do referido imóvel, o que, no mínimo, é surpreendente esta informação.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo, através do Ministério da Justiça, a seguinte informação:

- Face à comunicação feita pelo Ministério da Justiça à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, de que já não tem necessidade da aquisição para o Estado das antigas instalações do Tribunal da Comarca local, pergunto ao Governo se alterou a sua decisão de instalar na Cidade Gaiense os novos Tribunais de Comércio, de Família e Menores.

Palácio de São Bento, 2 de Julho de 1999

O Deputado do PSD

Manuel Moreira